

Hirsch, Estado, imperialismo e relações Internacionais

LUIZ FELIPE BRANDÃO OSÓRIO*

Introdução

Joachim Hirsch,¹ como principal expoente do debate da derivação do Estado,² desenvolveu suas reflexões desde a década de 1970, resistindo às intempéries e aos obstáculos até a atualidade. A despeito de leves variações ao longo dos decênios em seu pensamento,³ o alemão manteve-se fiel à sua trajetória marxista e a seu objeto de pesquisa, construindo um sólido edifício teórico que não se vergou ante a ofensiva antimarxista da aurora do século XXI. O alemão tece os fios de sua argumentação com o enfoque na teoria do Estado, mas não sem pontuar a relevância de pensá-lo em uma coletividade, a do sistema de Estados. Em outras palavras, a tarefa de compreensão do Estado passa pela discussão das relações internacionais, assim como não se consegue captar a essência dessas sem des-

* Professor de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: luizfelipe.osorio@gmail.com.

1 Joachim Hirsch (1938) é atualmente professor emérito de Ciência Política da Universidade Johann-Wolfgang-Goethe-Universität em Frankfurt am Main. Acadêmico de grande envergadura intelectual, Hirsch foi um dos principais expoentes do debate derivacionista, resistindo às pressões e ao tempo como um de seus poucos baluartes. Seu pensamento ultrapassou as fronteiras da Alemanha, tendo influenciado autores por todo o mundo.

2 O debate da derivação do Estado (*Staatsableitungsdebatte*), desenvolvido na República Federal da Alemanha, reposicionou a compreensão teórica e política do Estado e do capitalismo no tempo presente. Cf. Holloway e Picciotto, 1978; Jessop, 1982; Altvater e Hoffmann, 1990; Clarke, 1991; Carnoy, 1994; Caldas, 2015; Mascaro, 2013.

3 Caldas (2015) elenca duas fases ao longo do pensamento de Hirsch. Uma inicial, na qual ele se atém mais à lei do valor, com enfoque mais economicista, e outra, na qual mescla sua ênfase com o elemento da luta de classes, lapidando a teoria materialista do Estado.

trinchar as entranhas estatais. Na alusão feita por Barker (1991), estudar o Estado e o capitalismo sem adentrar nas questões internacionais é como tocar o violino com apenas uma das mãos.

Por isso, Hirsch inscreve-se como um pensador seminal para um estudo sério, crítico e científico de relações internacionais, uma vez que o autor abandona a léguas de distância a mediocridade reinante do debate acadêmico, enviesado, anglo-saxão e antimarxista que predomina nas escolas internacionalistas. Mesmo com o avanço carreado pelas teorias críticas, há ainda uma notória lacuna sobre a visão marxista do Estado no campo científico. É nesse espaço que o autor em tela mais tem a agregar. Ao evocar a centralidade da forma política estatal no capitalismo, o cientista político dedica especial atenção às relações internacionais, anelando-as ao fenômeno que lhes é intrínseco: o imperialismo. Não fortuitamente as reflexões sobre o tema acompanham sua grande obra e parte considerável de seus artigos nucleares.⁴

Desse modo, a interface entre a crítica marxista e as relações internacionais mandatoriamente precisa perpassar a abordagem do imperialismo dentro da visão contemporânea e alinhada com as novas leituras de Marx⁵ proposta por Hirsch. Por meio da contextualização histórica do espraio de suas perspectivas e da publicação de seus textos basilares, até o conceito de imperialismo e seus elementos estruturantes, o objetivo deste artigo é enfatizar a imprescindibilidade da presença de um debate marxista sobre Estado e imperialismo dentro do horizonte teórico das relações internacionais.

I – Contexto histórico

O tempo e o espaço do pensamento de Hirsch são bem específicos e importantes na consideração do seu desenvolvimento de suas concepções. A República Federal da Alemanha, na década de 1960, já digerira os efeitos do pós-guerra. Os anos seguintes ilustraram o momento de dissipação das ilusórias promessas de prosperidade do mundo capitalista. Passada a recuperação econômica célere dos primeiros anos de vitrine capitalista, o milagre alemão, havia forte decepção política entre a intelectualidade contestadora, que se canalizou em diversos protestos estudantis, sindicais e político-partidários. Teórica e politicamente, o ambiente alemão era fértil à emergência de concepções mais radicais (Altwater; Hoffmann, 1990; Bonnet, 2007), contrapondo-se a um cenário anterior, marcado

4 A contribuição de Hirsch sobre a interface citada encontra-se sistematizada em artigos (2001; 2004; 2007a; 2007b; Hirsch e Kannankulam, 2011); e no livro (2010). Diretamente, a teoria do imperialismo é tratada em Hirsch (2004; 2007b; 2010).

5 A nova leitura do marxismo inicia-se, conforme Elbe (2010), a partir de 1965. Com fulcro no Marx da maturidade, apropria-se dos *Grundrisse* e d'*O Capital* Volume I, e das categorias econômicas nele anunciadas, como arcabouço para a construção de uma teoria política crítica do capitalismo. Entre os prenunciadores estão Pachukanis e Rubin. O ponto de partida é a leitura de Althusser, que provocou desdobramentos teóricos em diversos países, como Alemanha, Inglaterra e França.

pelo enfraquecimento da tradição crítica e marxista, inicialmente gestada na Escola de Frankfurt, devido à ascensão do nazismo e da vulgarização stalinista, ou à marginalização e criminalização da esquerda durante o governo de Konrad Adenauer. A recessão, novidade após anos de milagre econômico, entre 1966 e 1967, impactou na configuração política do país. A vitória do partido social-democrata (SPD) nas eleições de 1969 fortificou o discurso de reformas. A ebulição dos movimentos contestadores reacendeu o pavio da insatisfação. Assim, veio à tona o debate sobre os limites e a atuação do ente estatal (Holloway; Picciotto, 1978). O Estado de bem-estar social era, na visão crítica, um amplo aparato burocrático de controle social, que perpetuava a mesmice política, com praticamente um modelo único, a social-democracia e seus contornos particulares. Em meio à ortodoxia do marxismo soviético e o reformismo acomodado da social-democracia, prescindia-se de soluções à esquerda.

Buscando contornar a crise política e ideológica do marxismo na década de 1970, o cientista político alemão retorna às origens literais da obra marxiana para apontar rumos para a teoria e a prática revolucionária. Com interfaces no pensamento marxista ocidental e na escola francesa da regulação econômica, quer para acompanhá-los, quer para criticá-los, Hirsch confere uma abordagem ampla e completa à teoria do Estado e da forma Política, que mescla a economia política marxiana e a ênfase na luta de classes para lhe proporcionar um viés histórico-materialista, diferenciando-se dentro do espectro derivacionista. Para ele, é fundamental extrapolar as generalidades teóricas do debate da derivação do Estado e avançar na historicidade específica e na concretude das lutas sociais do capitalismo. Com Gramsci, Althusser e Poulantzas⁶ vai embasar sua visão sobre a sociabilidade capitalista e o papel das classes sociais.⁷ Com a teoria francesa da regulação, costura o alicerce da historicidade capitalista nas crises estruturais sistêmicas, e vai além, complementa-a com uma teoria marxista do Estado, o que garante a originalidade de seu pensamento. Sem desconsiderar as didáticas denominações que lhe foram atribuídas para diferenciá-lo dentro do debate da derivação, como abordagem da reformulação,⁸ o que se demonstrará neste texto é o lugar do imperialismo dentro da teoria materialista do Estado.

II – O conceito de imperialismo

Compartilhando da perspectiva relacional do Estado de Poulantzas (1978) e adaptando-a, com o auxílio de Barker (1991), Hirsch conceitua-o como a mate-

6 Como fica claro em texto escrito em 2008 e traduzido para o português recentemente, no qual o autor, com o auxílio dos pesquisadores que lhe acompanham, destrinchou as bases de seu pensamento. Para mais, ver Hirsch, Kannankulam e Wissel (2017).

7 Se Hirsch discorda radicalmente do conceito de autonomia relativa do Estado esposado por Poulantzas, o conceito de Estado enquanto condensação material de relações de forças lhe é muito útil (Motta, 2013).

8 Denominação atribuída por Bonefeld e Holloway (1991).

rialização institucional de uma condensação internacional de relações de classe e de força. Por meio do aparato estatal se canalizam as pressões competitivas do mercado mundial sobre os processos políticos internos, ao mesmo tempo que o próprio Estado exterioriza interesses de classes, tanto os conflitantes quanto os comuns (Hirsch, 2007a). O Estado não reproduz, portanto, apenas as relações de classes e os conflitos internos, mas também os internacionais, exprimindo a seu modo uma rede internacional de relações de classe e de força. Essa correlação é alterada por articulações internacionais, como cooperação, blocos, alianças e coalizões, que frequentemente minam interesses da classe trabalhadora.

É a partir da articulação entre luta de classes e dinâmica de valorização do valor que se pode compreender o imperialismo pelo viés materialista. As modificações nas faces do imperialismo, historicamente, anelam-se na articulação entre condições internas e internacionais, o que também não é automático, mas calcado em instabilidades estruturais (Hirsch, 2010). É sobre essas égides que o autor desenvolve sua visão acerca do imperialismo. A compreensão do conceito demanda necessariamente a fundamentação de uma teoria do Estado capitalista (mas também uma teoria econômica e de suas crises), porque este tem um significado decisivo para a organização e a relação das classes, constituindo-se tanto a expressão quanto a base de relações de força sociais historicamente específicas. No pensamento sobre o imperialismo trata-se, sobretudo, de desenvolver categorias que permitam entender a estrutura e a dinâmica do sistema mundial capitalista.

O imperialismo é, portanto, o marco estrutural constitutivo do capitalismo, e não caracteriza nem um estágio de seu desenvolvimento específico, nem uma situação histórica particular sua. O conceito não pode ser aplicado para descrever uma situação histórica singular, mas ele compreende um processo complexo e contraditório de valorização de capital e de luta de classes, que não pode ser entendido sem as suas características relações de forças político-sociais, tanto a nível de cada Estado, como a nível internacional. (Hirsch, 2010, p.218)

Com efeito, advém a hierarquização entre os quadrantes do mundo. É fundamental considerar que as condições de valorização do capital variam espacial e temporalmente (Hirsch; Kannankulam, 2011). As disputas econômicas e geopolíticas⁹ acontecem amalgamadas nas estruturas imperialistas do capitalismo, as quais ganharam formas de expressão distintas ao longo dos anos, dadas pelas relações de força dominantes nos arranjos internos e internacionais. Ressalta-se a separação entre política e economia, específica do capitalismo, e a consequente particularização do Estado na órbita internacional, como a engrenagem que leva a lógicas distintas de competição, que se inter-relacionam, mas não se confundem.

⁹ Nesse momento, verifica-se a aproximação do autor com as ideias expostas por Harvey (2005) e Callinicos (2009) sobre a dualidade da competição capitalista, a despeito das bases teóricas distintas.

Quando destrincha a definição de imperialismo, Hirsch enfatiza os dois elementos axiais: a dinâmica da acumulação de capital, essencialmente portadora de crises, e a fragmentação do mercado mundial em diversas unidades singulares.

Em relação ao primeiro aspecto, é fundamental ressaltar que a essencial tendência expansiva do capital espraia o modo de produção pelo mapa-múndi, escancarando sua principal contradição. Embora atrelado a formas políticas nacionais, os capitais não encontram nelas seu limite. A acumulação de capital ocorre, assim, em escala ampliada, em meio aos efeitos da concorrência e da lei à tendência da queda da taxa de lucros, defrontando-se com os limites do subconsumo ou superprodução. Por isso, é portadora de crises. Para evitar a tendência da queda da taxa de lucros, em concorrência, os capitais são levados a transformar o mais-valor apropriado novamente em capital, fomentando o desenvolvimento de novas estratégias de valorização do valor. Esse processo não se desenrola mecânica nem linearmente, mas é catapultado pela dinâmica da crise capitalista, que envolve mudanças das condições técnicas e sociais de produção, impulsionadas por lutas econômicas e políticas, ao mesmo tempo em que o processo expansionista é enfiado também por contratendências.

Nesse sentido, o espraio dos capitais pode se dar em duas direções. Internamente, pela inovação tecnológica do processo de produção em direção à racionalização, assim como pela inclusão de espaços de produção não capitalistas (agrário e artesanal) no processo de valorização do capital (mercantilização das relações internas). Esse movimento interno demanda circunstâncias internas que viabilizem as mudanças na correlação de forças sociais. O ciclo fordista é o melhor exemplo dessa hipótese, permitindo que as relações capitalistas se esparramassem por todas as searas dos modelos nacionais de bem-estar social. Sem que lhe seja excludente, mas sim complementar, vem a expansão externa, que é nitidamente verificável na trajetória internacional. Ocorre pela exportação de capitais, exploração da mão de obra barata e pilhagem dos recursos naturais e matérias-primas. Por ser explicitamente mais violenta, requer poderio militar ativo. A expansão externa manifesta-se em dois caminhos. O formal, pela submissão militar direta, típica da viragem do século XX; e o informal, que se expressa pela pressão política, econômica e militar indireta por áreas de influência e abertura de corredores para a expansão dos capitais estrangeiros, como se identificou no mundo após a Segunda Guerra Mundial em diante. Cabe notar que essas classificações não são excludentes, mas se condicionam reciprocamente, podendo ser complementares ou simultâneas. Ao longo da história, as diferentes formas de expansão atrelam-se a ligações sempre novas e variáveis. Com frequência, o imperialismo é entendido somente como a expansão externa e formal. O que não corresponde nem à realidade, nem à sua complexidade. Qual forma de expansão de capital irá prevalecer dependerá determinadamente do arranjo entre as relações de força internas e internacionais (Hirsch, 2007b).

No tocante ao segundo aspecto, cumpre içar a organização política específica do capitalismo no plano internacional. No âmbito mundial, a configuração política constitui-se na pluralidade de Estados nacionais. Em outras palavras, não há um comando único, mas um universo de unidades políticas apartadas que interagem em uma lógica concorrencial, inerente ao capitalismo. Dessa organização política internacional decorrem suas consequências cardiais.

Em primeiro lugar, o capital não opera em um âmbito socioeconomicamente homogêneo, mas em meio a unidades políticas diferentemente organizadas, no tocante à estrutura produtiva e relações de classe. “O desenvolvimento socioeconômico desigual é uma condição essencial para a formação de ‘cadeias de geração de valor’ rentáveis para além das fronteiras nacionais, e ampara a correlacionada estabilidade do lucro do capital” (Hirsch, 2010, p.216). A fragmentação política do mercado mundial em Estados individualizados permite aos capitais circulantes beneficiar-se da concorrência dos locais de investimentos. “O processo global de acumulação está apoiado na existência de diferentes espaços políticos” (Hirsch, 2010, p.74).

Em segundo lugar, os Estados em princípio são obrigados a operar em favor da reprodução e do interesse dos capitais estrangeiros que neles investem. A dimensão em que essa atuação estatal ocorrerá dependerá muito da correlação de classes dentro do espaço nacional. Por isso, pode-se falar que nenhum Estado é totalmente independente e soberano. Concomitantemente, o capital não fica adstrito à esfera nacional, tendendo sempre a superá-la. Em virtude disso, emerge a contradição elementar do capitalismo entre o movimento de capitais e a organização política em unidades nacionais fragmentadas. Em verdade, é preciso pontuar que não se trata de uma relação excludente entre Estado e capital. “Mas esse poder do capital por sobre os Estados se faz, necessariamente também, passando pelos Estados” (Hirsch, 2010, p.107). A intensificação da internacionalização das empresas multinacionais que marca o período pós-fordista é exemplo da relação entre Estado e capital nacional, de cooperação (garantia militar e de vantagens comparativas) e de conflito (com atuação contrária, em muitos casos, às políticas públicas).

III – Conclusões

Diante do que foi exposto, Hirsch defende, na contramão das correntes teóricas dominantes de relações internacionais, a centralidade do Estado nacional, que continua sendo essencial para a organização das relações de classe, ao mesmo tempo que emergem ou se consolidam outros pontos de apoio substanciais para o capital internacional, como acordos e articulações, de geometria variável, institucionais ou não. Nessa toada, as rivalidades interestatais não desapareceram; assumiram, todavia, outras configurações, tendo em vista a face hodierna do imperialismo, informal sob a hegemonia estadunidense.

Desse modo, cabe enfatizar que o imperialismo não se apresenta como um mero desdobramento econômico, mas é a materialização da complexa forma

político-econômica do capitalismo. Essa dinâmica estrutura-se em torno da acumulação capitalista, portadora de crises (estruturais), e da organização política em torno de múltiplos Estados singulares, particularizados e em concorrência. Esse arranjo ganha contornos distintos, conforme a correlação de forças e de classes se apresenta no cenário internacional, pautando as grandes transformações internacionais.

Por fim, ante as contribuições do pensamento de Hirsch, ficam expostas as diretrizes de sua concepção sobre imperialismo, fundamentais e férteis para o desenvolvimento de estudos vindouros dentro de um horizonte pleno e crítico das relações internacionais.

Referências bibliográficas

- ALTVATER, Elmar; HOFFMANN, Jürgen. The West Germany State derivation debate: the relation between economy and politics as a problem of Marxist State theory. *Social Text*, Duke University Press, n.24, 1990, p.134-155.
- BARKER, Colin. A note on the theory of capitalist States. In: CLARKE, Simon (Ed.). *The State Debate*. London: Palgrave Macmillan, 1991, p.182-191.
- BONEFELD, Werner; HOLLOWAY, John. Introduction: Post-Fordism and social form. In: BONEFELD, Werner; HOLLOWAY, John. *Post-Fordism & Social Form. A Marxist Debate on the Post-Fordist State*. London: Macmillan Academic and Professional LTD, 1991, p.1-7.
- BONNET, Alberto. Estado y capital: debates sobre la derivación y la reformulación del Estado. In: THWAITES-REY, Mabel (Org.). *Estado y marxismo: un siglo y medio de debates*. Buenos Aires: Prometeo, 2007, p.269-296.
- CALDAS, Camilo Onoda Luiz. *Teoria da derivação do Estado e do direito*. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Univeritária, 2015.
- CALLINICOS, Alex. *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge; Malden: Polity, 2009.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas-SP: Papirus, 1994.
- CLARKE, Simon. The State Debate. In: CLARKE, Simon (Ed.). *The State Debate*. London: Palgrave Macmillan, 1991, pp. 1-61.
- ELBE, Ingo. *Marx im Westen: Die neue Marx-Lektüre in der Bundesrepublik seit 1965*. Berlin: Akademie, 2010.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HIRSCH, Joachim; ROTH, Roland. *Das neue Gesicht des Kapitalismus: vom Fordismus zum Post-fordismus*. Hamburg: VSA, 1986.
- HIRSCH, Joachim. *Der nationale Wettbewerbsstaat*. Staat, Demokratie und Politik im globalen Kapitalismus. Berlin: ID-Archiv, 1995.
- _____. Vom Ultra zum Hyper. Das neue Gesicht des Imperialismus. *Blätter des Informationszentrums 3. Welt*. Der Imperialismus tritt zurück- Konjunktoren eines Begriffs. Freiburg im Breisgau. Ausgabe 251. Feb./Mar., 2001, p.33.
- _____. Was ist eigentlich Imperialismus? Escrito em março de 2004. Disponível em: <http://www.links-netz.de/K_texte/K_hirsch_imperialismus.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.

- HIRSCH, Joachim. Forma política, instituições políticas e Estado-I. *Crítica Marxista*, São Paulo, Revan, v.1, n.24, p.9-36, 2007a.
- _____. Von Imperien und Imperialismus. Palestra proferida por ocasião do Encontro Anual da Rede Ecumênica na Alemanha, em Bonn, out. 2007b. Disponível em: <http://www.oekumenisches-netz.de/Imperium_Hirsch.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.
- _____. *Teoria materialista do Estado*: processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Trad. Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- _____; KANNANKULAM, John. The spaces of capital: the political form of capitalism and the internationalization of the State. *Antipode, A Radical Journal of Geography*. New York, Wiley Blackwell, v.43, n.1, p.12-37, 2011.
- _____; _____; WISSEL, Jens. A teoria do Estado do marxismo ocidental. Gramsci, Althusser e Poulantzas e a chamada derivação do Estado. *Revista Direito e Praxis*, v.8, n.1, Rio de Janeiro, 2017, p.722-760. Trad. André Vaz Porto Silva. Rev. tec. Luiz Felipe Brandão Osório.
- HOLLOWAY, John; PICCIOTTO, Sol. Towards a materialist theory of the State. In: HOLLOWAY, John; PICCIOTTO, Sol (eds.). *State and Capital: A Marxist Debate*. London: Edward Arnold, 1978, p.1-31.
- JESSOP, Bob. *The Capitalist State: Marxist Theories and Methods*. Oxford: Martin Robertson & Co., 1982.
- _____. Regulation theory, post Fordism and the State. More than a reply to Werner Bonefeld. In: BONEFELD, Werner; HOLLOWAY, John. *Post-Fordism & Social Form: A Marxist Debate on the Post-Fordist State*. London: Macmillan Academic and Professional LTD, 1991, p.69-91.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOTTA, Luiz Eduardo. Os limites teóricos (e políticos) da teoria das organizações e da administração pública. *Novos Rumos*, Unesp-Marília, n.2, v.50, 2013, p.1-22.
- OSORIO, Luiz Felipe Brandão. *Um estudo crítico da União Europeia*: contradições de seu desenvolvimento institucional e normativo. 2015. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

Resumo

Em meio à aridez teórica e a enorme resistência às vertentes marxistas que moldam o universo teórico de relações internacionais, as tarefas de compreensão das questões internacionais impelem a um pensamento crítico, concreto e completo que consiga extrapolar a aparência e captar a essência dos fenômenos sociais. Nesse sentido, nada mais oportuno que resgatar as ideias de um dos baluartes do marxismo contemporâneo Joachim Hirsch e sua perspectiva sobre as relações internacionais. Em sua elucubração sobre Estado no capitalismo, o autor atribui papel nodal ao cenário internacional e, portanto, dedica importantes reflexões sobre o aspecto vital das relações internacionais no modo de produção capitalista: o imperialismo. Em virtude disso, cabe a explanação do conceito, enfatizando os

vieses político e econômico a fim de viabilizar um fértil manancial para o aprofundamento de estudos internacionalistas dentro da temática marxista.

Palavras-chave: Hirsch; imperialismo; marxismo; Estado; capitalismo.

Abstract

In the midst of the theoretical aridity and the enormous resistance to the Marxist strands that shape the theoretical universe of International Relations, the tasks of understanding international questions impel the insertion of a critical, concrete and complete perspective that can extrapolate the appearance and capture the essence of the social phenomena. In this sense it is necessary the rescue of ideas of one of contemporary Marxism's symbol Joachim Hirsch and his perspective on international relations. In his works on State in capitalism, the author attributes a nodal role to the international scenario and, therefore, devotes important reflections on the vital aspect of the international relations in the capitalist mode of production: imperialism. As a result, it is important to explain its concept, emphasizing the political and economic aspects in order to unfold a fertile source for the deepening and the enhancement of internationalist studies within the Marxist theme.

Keywords: Hirsch; imperialism; Marxism; State; capitalism.